

**Revista Nova Escola x Revista Educação:
Diálogos e Silêncios sobre a posse do Ministro da Educação Mendonça Filho**

Rosely Aparecida Romanelli¹
Rafael Rodrigues Lourenço Marques²

Resumo

Este trabalho se trata de um recorte de uma pesquisa maior desenvolvida no Projeto *Diálogos e Silêncios: entre periódicos científicos e revistas especializadas em educação*. Trata-se de um estudo comparativo cujo objetivo foi a apreensão do conteúdo ético-informativo de duas matérias publicadas pelas revistas Nova Escola e Educação, por ocasião da troca de ministros da pasta da Educação do Governo Federal. A análise de conteúdo das matérias de cada revista seguirá a linha utilizada no projeto maior, sob perspectiva hermenêutica, de empoderamento através da informação, abarcando ainda conceitos sobre a ética profissional jornalística e informacional, e a perspectiva epistêmica da Escola de Birmingham (Estudos Culturais). Os veículos analisados são entendidos aqui como produtos culturais, pela lógica dos Estudos Culturais. Em síntese, infere-se que o fato da Revista Nova Escola publicar uma matéria mais curta e seca, pode ter ligação com o momento de transição que a revista passa, mudando de uma fundação para outra. A Revista Educação tradicionalmente costuma redigir suas reportagens de maneira mais aprofundada, apresentando dados que apontam o debate das situações sobre as quais escreve, sejam elas pesquisas, políticas públicas ou, como nesse caso, a mudança de ministro e tudo o que este fato mobiliza no quadro educacional do país no contexto pós-golpe.

Palavras-chave: Revistas Especializadas. Estudos Culturais. Ética da Informação. Ética jornalística.

Introdução

Diz-se que a linha editorial de um determinado veículo de comunicação, define toda a sua abordagem sobre a informação. Posto isto, é de se esperar que veículos diferentes tenham linhas de atuação e foco ideológico diverso. Nestes meandros há de se imaginar que existam interesses pessoais ou grupais que interferem nas linhas, pautando sua abordagem sobre os fatos. Ora, mas se o jornalismo pauta a sociedade, estas interferências em suas linhas não quebram a tão sagrada perspectiva de neutralidade dos meios? Nos dias de hoje, a neutralidade jornalística é um valor que existe mais no senso comum social, do que no arcabouço deontológico profissional. É fato que neutralidade é “um conto de fadas” dentro do meio jornalístico.

¹ Jornalista, Pedagoga e Doutora em Educação pela USP. Docente do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. roselyromanelli@gmail.com

² Jornalista e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso. Docente do curso de Jornalismo Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. rafael_jornal@unemat.br

No entanto, a ética profissional prega uma mínima isenção e contrapontos ao trabalhar com uma determinada informação. A famosa triangulação com as fontes. As linhas são diferentes. As abordagens são diferentes. As ideologias são diferentes. Mas, quão diferentes são entre si que possam comprometer a construção de representações junto ao polo receptor-público leitor? É a partir desta provocação que este trabalho se desenvolve, como um pequeno exercício ao lapidar a ponta do iceberg.

O presente trabalho relata parte da pesquisa desenvolvida no Projeto *Diálogos e Silêncios: entre periódicos científicos e revistas especializadas em educação*. Esta etapa teve por objetivo a comparação entre o conteúdo das revistas especializadas em Educação Nova Escola e Revista Educação. Especificamente, o recorte aqui apresentado destaca uma análise comparativa entre duas matérias – cada uma de uma publicação – veiculadas por ocasião da troca de ministros da pasta da Educação no ano de 2016.

Tal investigação se justifica na medida em que os discursos específicos de revistas segmentadas para o campo da educação, podem ajudar a desvelar o atual contexto ideológico imanente na relação mídia-política-educação no Brasil.

O questionamento principal será se as matérias selecionadas dão ao leitor uma visão aprofundada ou aligeirada da situação que se apresenta no ministério da educação na gestão atual, iniciada durante o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Posteriormente o governo interino se tornou definitivo e o ministro da educação também.

No entanto, na ocasião da mudança a tomada de posição dos veículos de informação voltados para o educador seria de vital importância para o posicionamento dos seus leitores diante da ação política necessária e imediata que se apresentava.

O estudo se baseou em uma lógica comparativa, tomando por base a técnica da análise de conteúdo. (BARDIN, 1977). O trabalho se fundamenta pelo viés dos Estudos Culturais, com o referencial teórico de Hall (2003), Kellner (2001) e Willians (2011) pelo empoderamento através da informação, bem como pela noção de competência informacional de Pinheiro (*et al*, 2013) e a compreensão de que as revistas especializadas são artefatos culturais (MATTELART; NEVEU, 2004).

Sobre a questão ética, o viés teórico a ser utilizado será a perspectiva da informação jornalística frente ao interesse público, visto em Christofolletti (2008), Karam (2014) e Kucinski (1998), bem como reflexões sobre o *habitus* jornalístico presentes em Bourdieu (1997).

Deontologia jornalística x Ética da informação

A estrutura de significados do conceito de ética varia conforme tendência epistêmica, perspectiva autoral e período histórico. Entende-se aqui o conceito de ética como o contrapeso da moral. Enquanto a moral reflete sobre os comportamentos socialmente particulares, a ética incide sobre as práticas sociais universais. Conforme Ghiradelli Jr. (2010), à ética cabe a esfera pública e à moral, a esfera particular. A moral é variável conforme o percorrer dos tempos. Já a ética, segue como uma constante.

Por exemplo: trinta ou quarenta anos atrás, a sociedade brasileira discriminava as mulheres que tivessem filhos fora da estrutura do modelo de família tradicional – para muitos, as chamadas mães solteiras habitavam o campo do imoral. Com o passar do tempo, a ética refletiu sobre a moral e construiu um novo paradigma, ainda que por meio de conflitos e relações de poder. Aquilo que era imoral, passou a ser tolerável pela esfera pública e por fim, dissolvido em meio à esfera particular.

É nessa dinâmica entre esfera pública e a esfera particular que se inserem muitas das discussões sobre ética no campo jornalístico – entendido aqui como um espaço de lutas, e disputas por capitais, conforme Bourdieu (1997). No livro “Sobre a televisão”, o autor afirma que, no limite, o jornalista escreve para o jornalista, conforme uma lógica canibalesca.

O jogo do público e do privado acaba servindo como desculpa para a competição pela disputa de determinado capital – prestígio, talvez - imanente ao jornalismo. Nesse sentido, de que ética jornalística estamos falando? É interessante demarcar que o campo jornalístico é um campo que sofre influências de outros campos – político, econômico, etc. As relações de poder e interesses presentes no cerne social incidem sobre o jornalismo, fortalecendo a dualidade entre deontologia x capitais.

Para Christofolletti (2008), uma reflexão ética no campo jornalístico colabora para a reflexão sobre aquelas questões mal resolvidas que deveriam ser respondidas de pronto, mas que são jogadas para baixo do tapete, pelo fluxo do senso comum que sustenta o status quo social. Questões como: porque campo do jornalismo deve se ater ao interesse público e quais as consequências que as disputas por capital proporcionam às esferas sociais? Quais as repercussões individuais e coletivas proporcionadas por determinado conteúdo tendencioso ou ideologicamente posicionado, propagado por determinado veículo jornalístico?

Para Karam (2004), o jornalismo ético é aquele que resguarda o interesse público – e não ao interesse do público – pelo viés emancipador e engajado: que contribui para debates que favoreçam uma esfera pública mais qualificada e visível, para o bem comum, evitando a propagação de um cinismo burocrático que gera conformismo. Para o autor

“[...] Na imediatidade em que se move o mundo, o jornalismo ajuda a sustentar o espelho para que não se quebre, com ele, não se fragmente o próprio mundo de significados com os quais negamos ou afirmamos a existência. (KARAM, p. 261, 2004).

Nesse sentido, entende-se aqui que o jornalismo ético não se esquivava de posicionamentos. A bem da verdade, a ética profissional não ignora o mito da neutralidade. No cerne da questão está a dinâmica dos discursos implícitos e explícitos, mascarados por uma pretensa isenção e imparcialidade. A ideologia – um agrupamento artificial de representações e discursos, que mascara uma dada realidade objetiva, favorecendo determinado grupo de indivíduos ou visão de mundo (THOMPSON, 1990) – no jornalismo manifesta-se nas entrelinhas simbólicas.

Honestidade na declaração de intenções versus mito da isenção é um dos conflitos éticos do jornalismo por excelência, dada a sua proximidade com o processo de ação política social. Grosso modo, o campo jornalístico é espaço de disputas por capitais simbólicos por parte de seus atores, os jornalistas. Enquanto isso, entre ganhos e perdas, outros campos instrumentalizam a mídia jornalística para conquistar seus próprios capitais, inserindo suas ideologias, nublando o limite entre interesse público e interesse do público.

Toda esta perspectiva da ética jornalística possui aproximações e distanciamento com do contexto da ética da informação, conforme o pensamento de Rafael Capurro (2004). A primeira delas é que a ética jornalística é de caráter deontológico, ou seja, se trata de um código restrito ao grupo profissional jornalístico. A ética da informação é mais ampla, pensando não só no produtor da informação como também em seu público e nas redes de relação tecidas no jogo informacional digital. Conforme o autor

El concepto de ética de la red en el cual tomamos como objeto a las redes contingentes de nuestro ser-en-el-mundo en sus dimensiones culturales y digitales, puede ser entendido tanto en el sentido de un genitivo objetivo como subjetivo. En el primer caso entendemos dicho concepto como una crítica a la construcción del ser digital, en tanto que dicha construcción ignore las necesidades concretas o no-digitales de los seres humanos en vez de preguntar en qué medida la red digital corrobora o incluso hace más profundas las injusticias existentes y/o en qué medida la globalización nos ofrece oportunidades concretas para realizar una vida mejor de acuerdo a modelos particulares. La problemática de la exclusión

de la red digital es tematizada hoy en día con el término de brecha digital. Podríamos hablar también de apartheid digital. (CAPURRO, 2004, p.5).

Novos caminhos para a ética no campo do jornalismo podem ser pensados sob a ótica da ética da informação, rumo a um processo de democratização do fazer jornalístico – que mantenha a identidade profissional, mas que esteja cada vez mais próximo ao público leitor.

Divulgação Científica, Jornalismo Especializado/Segmentado, Revistas Especializadas

É importante deixar clara a diferença entre Divulgação Científica x Comunicação científica. Para Wilson da Costa Bueno (2010, p. 2),

Embora os conceitos exibam características comuns, visto que ambos se reportam à difusão de informações em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), eles pressupõem, em sua práxis, aspectos bastante distintos e que necessitam ser enunciados. Incluem-se, entre eles, o perfil do público, o nível de discurso, a natureza dos canais ou ambientes utilizados para sua veiculação e a intenção explícita de cada processo em particular.

Grosso modo, a primeira diz respeito ao objeto analisado neste trabalho. Ou seja, publicações que se tornam elementos de mediação entre o campo científico e a sociedade como um todo. A Comunicação Científica aponta para os periódicos acadêmicos, que fomentam e fazem circular o conteúdo científico, priorizando a legitimação desta produção.

Dentro do campo jornalístico, a segmentação e a especialização são tendências marcantes na contemporaneidade. Para Wilson da Costa Bueno:

O jornalismo especializado representa a consolidação de um processo vertiginoso de segmentação, que articula conteúdos e audiências, mediado pela produção e circulação de discursos intrinsecamente associados a jargões, termos técnico-científicos, neologismos e conceitos compartilhados pelos diversos campos de conhecimento (BUENO, 2015, p. 281).

Nessa linha, podemos entender que este movimento das revistas especializadas se opõe à lógica da massificação. A segmentação proporciona foco em agrupamentos sociais mais qualificados, especialização do profissional jornalístico e um processo de identificação junto ao público alvo. Para Marques e De Musis:

“[...] em tempos onde se fala de uma crise no jornalismo, com o advento das novas tecnologias da informação representadas pela internet, a revista

especializada acaba por tornar-se a salvação de todo o nicho de jornalismo impresso. Se finda o ciclo do impresso e inicia-se a fase das publicações mensais. O factual perece frente à velocidade da informação. Mas o conteúdo jornalístico especializado, de profundidade resiste graças às grandes reportagens, mais qualificadas, do gênero interpretativo” (MARQUES e DE MUSIS, 2016, P. 93)

Inseridas dentro deste contexto da segmentação, existem as chamadas publicações especializadas com foco em divulgação científica. Para Daniele Tavares Teixeira (2015) “[...] a divulgação científica visa a atingir um público amplo, não especializado, e prevê a utilização de recursos, técnicas e processos para a veiculação de informações científicas e tecnológicas ao público em geral. ”

Podemos definir então, que as revistas que temos por objeto de estudo – NOVA ESCOLA e EDUCAÇÃO -, são revistas especializadas –com influência da lógica da divulgação científica - voltadas para o segmento da educação.

Segundo Costa e Silveira (1998) as revistas especializadas em Educação veiculam de forma simplificada as novas tendências, pesquisas e descobertas da área, visando atingir leitores menos familiarizados com a linguagem científica e/ou acadêmica. Essas publicações se aproximam de outros veículos de comunicação social mais populares, ao propor a “ensinar como fazer”, dando “dicas”, “sugestões”. Para as autoras, a razão do sucesso dessas revistas

[...] está associada a certas inquietações do trabalho docente, que poderiam ser emblematicamente expressas na pergunta “O que eu posso fazer na minha sala de aula?” Uma linguagem mais próxima ao discurso do cotidiano escolar (ao invés do jargão acadêmico), o uso de mecanismos discursivos de envolvimento do leitor ou leitora, uma apresentação gráfica que inclui ilustrações e outros recursos além do texto escrito, e, enfim, a invocação da referência “caminho de atualização constante” delineiam um quadro característico desse tipo de publicação. (COSTA; SILVEIRA, 1998, p. 346).

Pensar a ética jornalística, quanto ao conteúdo informacional segmentado cai nestes meandros subjetivos da mediação da informação especializada: a transformação em algo palatável para o grande público, não instruído nas especificidades do saber científico, mas que agrada aqueles já iniciados na cultura de determinado campo.

Apesar de gerar identificação e de partilhar marcas simbólicas com seu público, é no meio deste processo de mediação da informação que um fato pode ser ressaltado em detrimento a outro, determinado valor notícia ganhar contornos espetaculares e um viés ideológico específico pode emergir, tornando-se hegemônico.

Definindo aqui – pelo viés dos Estudos Culturais ingleses - que cultura é uma rede vivida de práticas e relações que constituem a vida cotidiana, dentro da qual o papel do indivíduo está em primeiro plano (WILLIANS, 2011), é importante ainda pensar estas publicações a partir de onde elas inserem, de onde elas falam e para quem elas falam.

Entende-se aqui que as revistas segmentadas são produzidas dentro do caldeirão cultural contemporâneo e alimentam sua ebulição, gerando e reforçando elementos identitários dos grupos a elas direcionadas. Grosso modo, são artefatos culturais criados pela cultura e que fazem a cultura girar – para o bem ou para o mal. Se colocam como avatares do segmento educacional e geram padrões, valores, representações sociais.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa empírica, que conforme Pedro Demo (2000, p.21) “[...] É a pesquisa dedicada ao tratamento da face empírica e fatural da realidade; produz e analisam dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural.”

Esta investigação ainda percorre a trajetória qualitativa na medida em que lida com dados cuja base necessita de interpretação de um determinado corpus. (BAUER, GASKELL, ALUNN, 2010). A pesquisa procurou desvelar as narrativas presentes entre duas matérias jornalísticas publicadas nas revistas Nova Escola – Editora Abril (nesta fase em transição para a Fundação Lemann) – e Revista Educação – da Editora Segmento.

A revista Nova Escola é uma publicação mensal nascida em 1986 mantida pela Fundação Vitor Civita, uma entidade sem fins lucrativos criada por Victor Civita, fundador da Editora Abril, com a receita advinda dos seus leitores, da publicidade e do apoio do Governo Federal.

Um apoio que, conforme o primeiro editorial da revista explicita, é um relacionamento de parceria entre o Governo Federal e a Fundação Vitor Civita que “[...] não apenas revela o clima de diálogo e colaboração que impera hoje no Ministério da Educação, mas também demonstra o espírito público daquelas empresas privadas”. (EDITORA ABRIL, 1986, p. 5).

Sobre a Revista Educação, encontra-se definição em seu site (<http://www.revistaeducacao.com.br/sobre/>), a seguinte definição:

“[...] Criada em maio de 1997, a revista Educação, é uma publicação da Editora Segmento direcionada a profissionais da área educacional de ensino básico, tanto da rede pública quanto da particular. Educadores, gestores e outros profissionais da área podem acompanhar mensalmente

as principais questões relacionadas a políticas públicas, inovações no setor, economia, literatura, pedagogia e cultura. Ao longo dos anos, a revista se consagrou por abordar temas polêmicos e profundos.

Entende-se aqui as revistas em questão à partir do viés dos Estudos Culturais: artefatos culturais, que são criados no social e influenciam nos processos de significação e subjetivação de indivíduos e grupos. (MATTELLART, NEVEU, 2004). Abaixo, quadro com dados sobre as matérias analisadas:

| Revista | Mês de publicação | Edição | Título | Palavras |
|-------------|-------------------|--------|--|----------|
| Nova Escola | Maio/2016 | 292 | “Quem é Mendonça Filho, que assume o Ministério da Educação e Cultura.” | 545 |
| Educação | Maio/2016 | 229 | “Novo ministro da educação enfrenta dilema entre a eficiência e o Consenso.” | 1618 |

Quadro 1 dados técnicos das revistas analisadas

Abaixo, capas das edições analisadas:



Figura 1 Capas da revista Nova Escola e Educação. Edições de Maio 2016. Fonte: www.novaescola.com.br; <https://www.lojasegmento.com.br>

Foi realizado um estudo comparativo sobre o conteúdo das matérias, sob uma lógica hermenêutica. A pesquisa maior de onde se origina este trabalho, se sedimenta na técnica da análise de conteúdo, combinando análise de dados quantitativos e qualitativos. A Análise de Conteúdo consiste na análise passo a passo dos dados obtidos durante uma determinada pesquisa. O principal objetivo desta análise é “[...] observar a *posteriori* os aperfeiçoamentos materiais e as aplicações abusivas de uma prática que funciona há mais de meio século.” (BARDIN, 1977, p 13).

A análise de conteúdo é dividida em três fases, que são eles:

- 1) A pré-análise;

- 2) A exploração do material;
- 3) O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação;

Para este recorte, aproveitou-se a categorização e parte da análise, combinando a interpretação compreensiva da base teórica do projeto com a lógica hermenêutica.

Estudo Comparativo

No estudo comparativo que se faz entre a revista Nova Escola, da Editora Abril³ e a Revista Educação, da Editora Segmento, pode-se perceber algumas práticas de divulgação científica importantes para a prática docente cotidiana na educação básica. Entre elas a discussão sobre a possibilidade de novas configurações na educação nacional em vista das mudanças ocorridas no governo do país. A Revista Nova Escola traz a matéria publicada em seu site.

A Revista Educação também publicou matéria no site, mas com um aspecto mais aprofundado. A tese dos autores é de que apenas uma das revistas se apresentou com informações mais detalhadas e fatos relevantes a formação de opinião que seria ideal. Dessa forma, é importante detectar qual veículo representa, além dos interesses científico-acadêmicos, os interesses políticos da classe docente diante das ameaças que se pairam sobre ela, sempre considerando a economia política da informação.

O artigo do site da revista Nova Escola já apresenta no título sua intenção: *Quem é Mendonça Filho, que assume o Ministério de Educação [e Cultura]*⁴. Trata-se de uma matéria curta, de menos de duas laudas, se esta for a medida utilizada. Aponta os feitos do ministro enquanto gestor em outras áreas, como vice-governador de Pernambuco na gestão de Jarbas Vasconcelos e na substituição do mesmo quando este saiu em licença.

Também foi autor do projeto de ampliação do Fies e relator do projeto de lei nº 6.275/2013, que sugere uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para estipular em 6 anos a idade máxima para alfabetização na rede pública de ensino.

³ Aqui é preciso informar que no período de troca de ministros a revista Nova Escola estava passando por uma troca de Editora, passando da Fundação Vitor Civita para a Fundação Lemann, mais especificamente para a Associação Nova Escola.

⁴ Posteriormente, após protestos e manifestações da sociedade civil organizada, houve a recriação o MINC.

Tal proposta se contrapõe ao Plano de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e ao Plano Nacional de Educação (PNE) que consideram a idade ideal de 8 anos para que se complete o processo de aquisição de leitura. Além disso, o ministro é a favor da maioria penal. Não há comentários aprofundados sobre as atribuições curriculares de Mendonça Filho apenas citadas, embora se fale de sua citação na Operação Lava Jato.

O artigo do site da Revista Educação é mais longo, chegando a cerca de sete laudas. A primeira diferença entre os artigos já aparece no título: *Novo ministro da educação enfrenta dilema entre a eficiência e o consenso*. A diferença proposta no título se desenvolve numa apresentação do dilema, cuja imagem é traçada no discurso que aponta questões importantes como a dificuldade de conciliar o corte de verbas anunciado pelo governo atual e o aumento de vagas discutido para atender as metas PNE – Plano Nacional de Educação.

Ao mesmo tempo aponta para a capacidade de administrador do novo ministro, cujos estudos em Harvard o levam a considerar as parcerias público-privadas. Também a referência ao antigo nome do Ministério, em 1932: Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde, e o comentário sobre a possibilidade de algumas pessoas corarem ao ouvi-lo em público, parece apontar para o direcionamento que será dado aos trabalhos da pasta daqui para frente.

Além de apontar suas indicações para a secretaria executiva e para a presidência do Inep – Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais, respectivamente Maria Helena Guimarães de Castro e Maria Inês Fini. Ambas são ligadas ao PSDB e egressas da Unicamp – Universidade Estadual de Campinas, além de terem participado da gestão do Ministro Paulo Renato de Souza no MEC (1995-2002).

Elas foram responsáveis pelo Provão (1996-2003), forma de avaliação dos cursos de ensino superior anterior ao Enade – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes que passou a ser aplicado a partir de 2004. O artigo aponta todas as contradições que se apresentam entre a gestão anterior e o que pode ser vislumbrado no futuro com detalhes fundamentais.

Do ponto de vista da Ciência da Informação e dos Estudos Culturais, a divulgação científica e política de dados e fatos relevantes à formação de opinião e consciência crítica e, conseqüentemente, de competência informacional, passa pela possibilidade de uma ampla visão da situação, em linguagem acessível ao leigo que terá acesso a este material.

Dessa forma, a revista Nova Escola (doravante NE) divulgando apenas o essencial, sem aprofundar porque determinados fatos e dados são relevantes, pode estar dificultando o acesso à informação, enquanto a Revista Educação ((doravante RE) estaria facilitando o entendimento quando esmiúça o porquê de determinados fatos serem de fundamental importância para a compreensão da situação na qual adentra a educação no país com a mudança de ministro.

De acordo com Kellner (2001), é no âmbito da palavra falada ou escrita que “se travam as lutas pelo controle da sociedade, disputado por todos os segmentos que lutam pelo poder cultural, seja através da notícia, da informação ou do entretenimento” (p.54). Nesse sentido, o empoderamento dos professores leitores das revistas especializadas em educação passa pelo controle do tipo de informação que eles podem obter das suas leituras.

O texto mais completo, que instiga o pensamento crítico apontando o porquê de determinadas ações ministeriais com certeza representa uma contribuição maior para que a consciência política seja despertada. Sentir que as lutas sociais que representam o segmento docente estão registradas nas notícias que este lê gera o sentimento de empoderamento que se espera atingir.

Deve-se lembrar também que Kellner (2001) chama a atenção para o fato de que a ênfase na relação texto/público não considera devidamente muitas mediações que podem ser estabelecidas pelos estudos culturais, como análises sobre o modo como os textos são produzidos no contexto da economia política e do sistema de produção da cultura, além do modo como o público e sua subjetividade são produzidos/influenciados pelas várias instituições, práticas e ideologias sociais (p.56).

O autor também afirma que o empoderamento não se dá por si só. O público leitor sempre pode ser manipulado pelos efeitos e pelo conservadorismo dos produtores da mídia e nesse sentido é preciso estar alerta para o tipo de notícia veiculada e, portanto, é necessário um cuidado na escolha dos mesmos. Nem toda leitura que causa prazer pela informação com a qual o leitor se identifica significa que esteja trazendo a informação libertadora e formadora da consciência crítica.

Hall, por sua vez, afirma que o processo de comunicação é um processo que deve ser pensado “como uma estrutura produzida e sustentada através da articulação de momentos distintos, mas interligados — produção circulação, distribuição/consumo, reprodução” (p. 387).

Comparando a estrutura desse processo com a estrutura de produção de mercadorias marxiana, ele ressalta “[...] a especificidade das formas nas quais o produto do processo "aparece" em cada momento e, portanto, o que distingue a "produção" discursiva de outros tipos de produção em nossa sociedade e nos sistemas de meios de comunicação modernos” (idem).

A partir daí retomo as analogias propostas por Hall já utilizadas no relatório do final do pós-doutorado com o projeto *Diálogos e Silêncios: entre periódicos científicos e revistas especializadas em educação* quando considero que a produção é organizada em forma de comunicação e linguagem, ocorrendo que seja possível compreender as revistas especializadas em educação como formas discursivas que se apresentam como produtos que circulam e são distribuídos para diferentes audiências. Estas últimas seriam os diferentes segmentos docentes que trabalham na educação básica.

Dessa forma, seria também possível perceber as trocas comunicativas que ocorrem através da produção dos artigos e da recepção dos mesmos pela via da codificação e da decodificação nos moldes apresentados por Hall. As revistas apresentam um conteúdo que em primeiro momento é selecionado pelos editores que visam a distribuição ampla das revistas nas escolas, tendo o professor e o gestor da educação básica como seu leitor, tutelado pela codificação presente que deverá servir de suporte material ao preparo das aulas. Num segundo momento, há espaços de participação nos quais este leitor poderá expressar a decodificação que fez deste conteúdo.

Assim, para Hall:

Uma vez concluído, o discurso deve então ser traduzido — transformado de novo — em práticas sociais, para que o circuito ao mesmo tempo se complete e produza efeitos. Se nenhum "sentido" é apreendido, não pode haver "consumo". Se o sentido não é articulado em prática, ele não tem efeito. O valor dessa abordagem é que, enquanto cada um dos momentos, em articulação, é necessário ao circuito como um todo, nenhum momento consegue garantir inteiramente o próximo, com o qual está articulado. (HALL, 2003, p. 387-389).

Pode-se perceber que a compreensão do texto pelo leitor também traz uma carga importante no processo, sem a qual não se completa o processo de aquisição de uma informação geradora de competência. Para isso, o próprio processo informacional o qualifica, de onde se conclui que é um processo dialógico através do qual se adquire a informação que torna possível compreender as informações posteriores e assim sucessivamente.

Considerações Finais

Apontando novamente para o papel das revistas especializadas no processo de competência informacional do professor da educação básica, chega-se a um fundamento importante: quando estas revistas trazem a discussão das descobertas da pesquisa na área e das políticas públicas que tornam possível que estas descobertas sejam aplicadas no cotidiano escolar, elas se transformam nos veículos que informam e possibilitam que os docentes possam julgar a competência do novo ministro em dar continuidade a estas políticas ou não, também criam condições de que estes professores percebam o que podem vir a enfrentar na sequência dos acontecimentos.

A opção de NE em fazer uma matéria mais curta e seca pode ter ligação com o momento de transição que a revista passa, mudando de uma fundação para outra. A RE tradicionalmente costuma redigir suas reportagens de maneira mais aprofundada, apresentando dados que apontam o debate das situações sobre as quais escreve, sejam elas pesquisas, políticas públicas ou, como nesse caso, a mudança de ministro e tudo o que este fato mobiliza no quadro educacional do país no contexto pós-golpe.

Enfim, trata-se de entender aqui um tipo de notícia especializada para um público específico, que deve ter conhecimento das leis e políticas públicas que dizem respeito à sua área de ação. No entanto, sem esquecer que este público precisa estar bem informado e formado. A intenção aqui é lançar mais um aspecto da discussão das revistas analisadas no projeto. Sempre pensando na perspectiva da competência informacional

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa /Portugal: edições 70. 1977.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses de conhecimento: evitando confusão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. (Tradução: Pedrinho Guareschi). Rio de Janeiro: Vozes. 2010. (p. 17-36).

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**: seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

BUENO, W. C. **Jornalismo especializado**: resgatando conceitos e práticas. In: SANTOS, M.; BUENO, W. C. (Org.). **Jornalismo especializado no Brasil: teoria, prática e ensino**. Metodista: São Paulo. 2015. 280-301.

_____, _____. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. In: **Revista Informação e Formação**. Vol. 15. Nº 01 Esp. 2010. Disponível em <<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/6585/6761>>>. Acesso em: Jul. 2016.

CAPURRO, R. **Ética de la informacion**: Un intento de ubicación. In: Codex: Jornal da Faculdade de Sistemas de Informação e Documentação. Universidad de la Salle (Bogota, Colômbia) Vol. 1, no. 2 (julho-dezembro 2005.). Disponível em: <<<http://www.capurro.de/colombia.htm>>> Acesso em Ago. 2016.

CHRISTOFOLETTI, R. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

GHIRALDELLI JR., P. **História Essencial da Filosofia**: Vol. 5. São Paulo: Universo dos Livros. 2010.

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. M. H. **A revista Nova Escola e a constituição de identidades femininas**. In: BRUSCHINI, C.; HOLLANDA, H. B. (Orgs.). Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998. p. 343-378.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas. 2000.

HALL, S. Da diáspora: **Identidades e mediações Culturais**. (Org). Liv Sovic. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003.

KARAM, F. J. C. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus. 2004.

KELLNER, D. **A cultura da mídia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KUCINSKI, B. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.

MARQUES, R. R. L.; DE MUSIS, C. R. **Representações Sociais do Professor**: Comunicação, Educação e Psicologia Social. Curitiba: Appris. 2016.

MATTELART, A; NEVEU, É. **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola Editorial. 2004.

PINHEIRO, L.V. R., CHALHUB, T. e NISENBAUM, M. A. **Desbravando caminhos de navegantes do portal Canal Ciência via metrias da informação**. Liinc em Revista. Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 237-254, maio 2013. Disponível em:<<<http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc/article/view/529>>>. Acesso em: Jun. 2016.

TEIXEIRA, D, T. **Jornalismo e ciência no interior do Brasil**: novos caminhos para a divulgação científica. In: SANTOS, M.; BUENO, W. C. (Org). Jornalismo especializado no Brasil: teoria, prática e ensino. Metodista: São Paulo. 2015. 91-118.